



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO X — N.º 24

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 10 DE FEVEREIRO DE 1955

CONGRESSO NACIONAL

Presidência

Convocação de sessões conjuntas para apreciação de vetos presidenciais.

O Presidente do Senado Federal, nos termos do art. 70, § 3.º, da Constituição Federal, e art. 45 do Regimento Comum, convoca as duas Casas do Congresso Nacional para, em sessões conjuntas, realizarem-se no edifício da Câmara dos Deputados, nos dias 1.º e 3 de março do ano em curso, às 14,30 horas, conhecerem dos vetos presidenciais abaixo discriminados:

Dia 1.º de março:

Veto presidencial ao Projeto de Lei n.º 3.066, de 1953, na Câmara dos Deputados, e n.º 43, de 1954, no Senado Federal), que autoriza o

Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 100.000,00, para atender as despesas com a realização da 1.ª Exposição Agro-Avícola, no Município de Canoinhas, Santa Catarina, em setembro de 1953.

Dia 3 de março:

Veto presidencial ao Projeto de Lei (n.º 265, de 1950, na Câmara dos Deputados, e n.º 46, de 1951, no Senado Federal), que cria a Diretoria do Material Bélico da Aeronáutica.

Federal, 9 de Fevereiro de 1955

NEREU RAMOS

Vice-Presidente no exercício

da Presidência

SENADO FEDERAL

ATA DA 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA DA 3.ª LEGISLATURA, EM 9 DE FEVEREIRO DE 1955

PRESIDÊNCIA DO SR. GOMES DE OLIVEIRA

AS 14 HORAS E 30 MINUTOS COMPARECEM OS SENHORES SENADORES

Vivaldo Lima.
Mourão Vieira.
Cunha Melo.
Prisco dos Santos.
Alvaro Adolpho.
Magalhães Barata.
Sebastião Archer.
Victorino Freire.
Arêa, Leão.
Mathias Olympio.
Leônidas Melo.
Onofre Gomes.
Parsifal Barroso.
Fernandes Tavora.
Kerginaldo Cavalcanti.
Georgino Avelino.
Dinarte Mariz.
Ruy Carneiro.
João Arruda.
Argemiro de Figueiredo.

Apolônio Sales.
Novaes Filho.
Jarbas Maranhão.
Ezechias da Rocha.
Freitas Cavalcanti.
Rui Palmeira.
Júlio Leite.
Maynard Gomes.
Lourival Fontes.
Neves da Rocha.
Juracy Magalhães.
Lima Teixeira.
Carlos Lindenber.
Atílio Vivaacqua.
Ari Viana.
Sá Tinoco.
Paulo Fernandes.
Tarcisio Miranda.
Guilherme Malaquias.
Calado de Castro.
Gilberto Marinho.
Bernardes Filho.
Benedito Valadares.
Lúcio Ettencourt.
César Vergueiro.
Lino de Matos.
Moura Andrade.
Domingos Velasco.
Coimbra Bueno.

Pedro Ludovico.
Sílvo Curvo.
João Vintasboas.
Fianto Müller.
Othon Mauer.
Alô Guimarães.
Moisés Lignon.
Gomes de Oliveira.
Nereu Ramos.
Saulo Ramos.
Alberto Pasqualini.
Daniel Krieger.
Armando Câmara — (52).

O SR. PRESIDENTE:

Acham-se presentes 52 Srs. Senadores. Havendo número legal, está aberta a sessão. Vai-se proceder à leitura da ata.

O SR. 2.º SUPLENTE:

(Servindo de 2.º Secretário), procede à leitura da ata da sessão anterior, que, posta em discussão, é sem debate aprovada.

O SR. 2.º SECRETÁRIO:

(Servindo de 1.º Secretário), declara não haver expediente.

O SR. PRESIDENTE:

Sobre a mesa requerimento que vai ser lido.

E' LIDO O SEGUINTE

Requerimento n.º 76, de 1955

Nos termos do art. 125, parágrafo único, b, do Regimento Interno, requeremos a inserção, na Ata dos trabalhos de hoje do Senado, de um voto de pesar pelo falecimento do Doutor Pedro Gyselaar Chermont de Miranda, cidadão ilustre que, além de outras funções de relevo, desempenhou com grande brio e dignidade o mandato de Deputado Federal pelo Estado do Pará em mais de uma legislatura.

Sala das Sessões, 9 de fevereiro de 1955 — Alvaro Adolpho. — Prisco dos Santos. — Onofre Gomes. — Pedro Ludovico. — Mathias Olympio. — Guilherme Malaquias. — Domingos Velasco. — Moura Andrade. — Ary Vianna. — Gomes de Oliveira.

O SR. PRESIDENTE:

Em votação o requerimento. — (Pausa).

O SR. ALVARO ADOLPHO:

Peço a palavra Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

Tem a palavra o nobre Senador Alvaro Adolpho para encaminhar a votação.

O SR. ALVARO ADOLPHO:

(Para encaminhar a votação) — (Lê o seguinte discurso):

Senhor Presidente.

E' com a emoção que um passado comum justifica, que trago ao

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR GERAL
ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
MURILO FERREIRA ALVES HELMUT HAMACHER

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas Oficinas do Departamento de Imprensa Nacional
AVENIDA RODRIGUES ALVES, 1

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES		FUNCIONÁRIOS	
Capital e Interior		Capital e Interior	
Semestre	Cr\$ 83.00	Semestre	Cr\$ 25.00
Ano	Cr\$ 166.00	Ano	Cr\$ 70.00
Exterior		Exterior	
Ano	Cr\$ 100.00	Ano	Cr\$ 100.00

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por dois meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem prioridade à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

— O custo do número atrasado será acrescido de Cr\$ 0.10 o, por exercício decorrido cobrar-se-ão mais Cr\$ 0.50

Jornalista, além de dirigir a "Província do Pará", na sua primeira fase, fundou o "Correio do Pará" a que imprimiu a orientação de um estilo jornalístico de alto nível a bem dos interesses coletivos, notadamente tendo em vista os problemas de economia da região amazônica e do Estado e a moralidade da administração pública.

Ultimamente, Sr. Presidente, já aquebrado pela doença que o vitimou, continuava a preocupar-se com os problemas da economia amazônica de que se constituiu uma das maiores autoridades em nosso país, escrevendo e publicando observações, conselhos e advertências aos homens responsáveis pela solução desses problemas, que tanto afetam a economia e o futuro de nosso país.

O Pará, porém, Sr. Presidente, era o epicentro das cogitações desse intrépido lutador pela causa pública, que acaba de desaparecer.

Eu, Senhor Presidente, que fui seu companheiro de lutas, desde os meus primeiros tempos nas atividades públicas no grande Estado que me honro de representar, deixo aqui a expressão de minha saudade e de minha admiração pelo companheiro de lutas e o amigo cuja perda deploro constantemente.

Mas, Senhor Presidente, é em nome da bancada do Pará que peço seja consignado na Ata dos nossos trabalhos um voto de pesar pelo falecimento do grande brasileiro que foi Pedro Gyselaar Chermont de Miranda, com a aprovação do requerimento em votação, que tenho como justificado. (Muito bem; muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Foi enviado à Mesa Projeto que vai ser lido.

O SR. PRESIDENTE:

O Projeto que acaba de ser lido, depois da publicação em avulsos, ficará sobre a Mesa, a fim de receber emendas pelo prazo de três sessões. Tem a palavra o nobre Senador Guilherme Malaquias, primeiro orador inscrito.

O SR. GUILHERME MALAQUIAS:

(Não foi revisto pelo orador) — Sr. Presidente, muito se tem falado, ultimamente, a respeito da previdência social, suas alterações e o desejo constante de aperfeiçoar e atualizar esse importante setor da administração pública.

Vários projetos foram apresentados, alguns transformados em lei, outros, entretanto, aguardando pareceres das Comissões técnicas. Há mesmo, na Câmara dos Deputados projeto de Lei Orgânica da Previdência Social, que parece, dará feição definitiva, estabelecendo normas para a assistência aos trabalhadores.

Foi entregue no momento ao governo longo e minucioso trabalho de modificação da previdência social, cujos serviços estão a cargo do Sr. João Carlos Vital.

Várias entrevistas tem S. S. dado sobre seus planos; e desta tribuna tivemos oportunidade de comentá-los, manifestando nossa concordância em alguns pontos que se nos afiguram vantajosos, qual o da unificação dos serviços médicos, prestados por órgãos comuns a todos os trabalhadores.

Alvitra, porém, o Sr. João Carlos Vital que esse serviço passe para o Ministério da Saúde, cuja inexecutibilidade aqui demonstramos, mormente pela inconstitucionalidade da sugestão. Conversei pessoalmente com a S. S., externando-lhe nosso ponto de vista; e parece-me viu que tínhamos razão quanto à inconstitucionalidade da proposição.

Sugere o Sr. João Carlos Vital, também, a extinção dos serviços do SESC e do SESI, que seriam englobados nos serviços médicos da previdência social.

A esse respeito permito-me fazer novamente uma sugestão não apenas ao Governo, mas, principalmente, aos Conselhos Nacionais do Comércio e da Indústria, à direção do SESI e do SESC e, mais que isso, aos diferentes órgãos que congregam as classes patronais e as companhias seguradoras em vez de serem extintos o SESC e o SESI, e alterar-se a finalidade.

Os órgãos criados por decreto do então presidente General Dutra para prestar serviço social completo por conta do empregador e do governo, tiveram, logo após, suspensa a contribuição governamental, em virtude de novo decreto. Até o momento são custeados apenas pela contribuição do empregador.

Como têm agido esses órgãos?

Parece-me que a orientação não ideal seguida pelo SESC e pelo SESI, dá ensejo a várias sugestões.

Ainda agora, o Governo acaba de propor a extinção desses órgãos previdenciais. O SESC e o SESI têm mostrado seus serviços no principal sentido da assistência médica e social; mas assistência curativa ao trabalhador e social a sua família, tornando-os paralelos ou concorrentes das instituições de previdência.

Não é justo, Sr. Presidente, que num país pobre como o nosso, tenhamos o luxo de possuir órgãos semelhantes, com o mesmo objetivo e para o mesmo grupo de trabalhadores. Deveriam, no entanto, esses órgãos ter sua ação completamente alterada.

Se o Serviço Social do SESC e do SESI é patronal, deve, então, de-

E' LIDO O SEGUINTE

Projeto de Resolução n.º 3, de 1955

Dispõe sobre o número de membros da Comissão de Finanças.

Art. 1.º E' elevado para dezessete (17) o número de membros da Comissão de Finanças.

Art. 2.º A cada Partido representado na Comissão de Finanças, desde que tenha no Senado mais de um mandatário, caberá um suplente da respectiva representação nesse órgão.

Art. 3.º Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Justificação:

Em 1954 o Senado sentiu a necessidade de elevar para 17 o número de membros da Comissão de Finanças, tendo em conta a grande quantidade de projetos que pendiam de estudo desse órgão técnico da Casa. A providência, tomada em caráter temporário, pela Resolução número 4, de 1954, continua a fazer-se necessária.

Elevado é o volume de projetos que ficaram na legislação anterior na Comissão de Finanças.

Impõe-se, pois, o restabelecimento do número de membros estabelecido para aquele órgão pela Resolução n.º 4.

Sala das Sessões, 9 de fevereiro de 1955. — Apolônio Sales. — João Villasboas. — Kerginaldo Cavalcanti. — Novaes Filho. — Lucio Bittencourt.

dicar sua atividade tanto no setor médico quanto no social, aquela medicina que, realmente, interessa ao empregador. Deveria dedicar-se apenas à medicina preventiva do trabalho; fazer estudos, pesquisar, e, mais que isso, executar a prática, dentro dos estabelecimentos industriais e comerciais as regras de higiene e da medicina do trabalho.

O que notamos em nossa terra com raras exceções e que o empregador, o industrial, o comerciante, às vezes, se dão ao luxo de ter um serviço médico dentro do estabelecimento; mas que se destinam a examinar os empregados, receitar-lhes para que, no fim do mês, apresentem estatísticas e digam que são padrões humanitários, pois o serviço médico que mantém deus tantas receitas, atendeu a tantos doentes. Deviam, no entanto, empregar esse dinheiro, essa atividade, esse humanitarismo, em outro setor mais importante, o de assistência médica ao trabalhador, que repercutiria diretamente no lado econômico do empregador.

Compreendo que o empregador tenha um serviço médico particular; não um serviço médico particular; acho justa sua fiscalização pelo SESC e pelo SESI; mas esses serviços deveriam ter sua finalidade dirigida de maneira tal que repercutisse na própria economia dos empregadores por intermédio da prevenção das doenças profissionais e dos acidentes de trabalho.

A compreensão do empregador, a respeito de higiene e medicina do trabalho, é o que há de mais obsoleto. Considera a Divisão de Assistência Social do Ministério do Trabalho como órgão especial, fiscalizador, do qual foge e procura de toda a maneira indubitável sua ação educadora e orientadora.

É preciso um grande movimento neste sentido; é preciso alertar as classes empregadoras de que só vantagens advirão para o empregador na compreensão e execução correta dos princípios da medicina do trabalho. Se acaso um engenheiro fosse visitar uma fábrica e dissesse ao dono que a sapata na qual estava apoiada certa máquina se encontrava fora de nível; e que esse desnivelamento produziria a corrosão, a destruição dos eixos e mancais de sustentação da máquina; e que por esse motivo não estava ela produzindo o que deveria; e que dentro de curto prazo necessitaria de recondição; o patrão ficaria satisfeito com o engenheiro que o orientasse, e imediatamente, mandaria colocar a máquina em condições ótimas de funcionamento.

Quando entretanto, o médico sanitário, da higiene do trabalho, diz ao patrão que a luz está incidindo sobre a máquina de maneira errada, que está provocando no trabalhador dispêndio de energia pela maior atenção que deve ter; que há diminuição da produção em face da incidência errônea da luz; que aquele trabalhador, naquelas condições, dentro em breve, terá diminuída a acuidade visual, esse patrão, em vez de olhar as máquinas humanas como o faz cor-de-rosa, e procurar obedecer às regras técnicas que representam, em última análise, lucro com o aumento de produção e com a conservação de seus operários, esse patrão julga estar o médico beneficiando, por humanitarismo, as classes menos favorecidas. Daí procurar, então, todos os meios para não obedecer à indicação técnica estabelecida pelo SESC e o SESI. Assim como acontece com a orientação da luz, dá-se, também, com as máquinas pouco acessíveis às mãos do homem. Têm sua capacidade de produção diminuída, ficando, o trabalhador em breve, tempo, com lesões comuns adquiridas pela posição errônea de trabalhar. Daí vemos comu-

mente escolioses e hypesmetropias e vários tipos de alergias provocados pela inalação de poeira e, como disse, frutos da errônea posição de trabalho.

Sr. Presidente, é preciso que os órgãos produtores e, os empregadores compreendam que, não só pelo lado humanitário se faz bem ao trabalhador; eles devem ter satisfação e interesse em colaborar com as regras da higiene e trabalho, para o seu próprio bem.

Quanto aos acidentes no trabalho, pelo seu aspecto mais chocante e grave, as medidas, fazem-se sentir logo após o acidente para, logo depois, serem esquecidas.

Ainda agora, tivemos em Recife, caso muito triste. Em face de um erro de colocação de caixas, morreram 36 estivadores com a explosão de tambores de éter, colocados num navio sem as necessárias precauções.

Sr. Presidente, o mais interessante é que a companhia concessionária do navio, pela voz de seu presidente, declarou que o acidente não tinha a menor importância; que a companhia só perdera um homem e a carga estava segurada; que o navio seria reparado, e em sete dias continuaria a viagem. A vida dos 36 estivadores não entrou nos cálculos da companhia; que a companhia seguradora, a que fez o seguro de vida, essa seria a mais atingida.

É preciso aproveitar-se esta oportunidade, a fim de que os órgãos responsáveis pelo do SESC e SESI compreendam a vantagem econômica — já não digo humanitária — de os transformarem em entidades que tenham ação efetiva social e médica sobre o trabalhador, prevenindo as doenças profissionais, fazendo com que parta dos próprios empregadores o interesse máximo em proteger seus empregados, evitando, assim, a queda de produção pela conservação dos operários especializados; é preciso que as companhias seguradoras vejam que seus riscos serão muito menores se colaborarem na campanha em favor da prevenção dos acidentes e doenças profissionais.

Sr. Presidente, há casos chocantes, como o que verifiquei nas minas de Morro Velho que tive oportunidade de visitar por diversas vezes.

A silicose é ali comum. Todo trabalhador, no fim de dois ou três anos, é portador de caso gravíssimo de silicose, às vezes rotulada como tuberculose, a fim de evitar seja classificada como doença profissional.

Sr. Presidente, faço, nesta oportunidade, apelo às direções do SESC e do SESI no sentido de modificarem e atualizarem os órgãos sob sua responsabilidade, integrando-os na verdadeira função de departamentos sociais, custeados pelo povo. Apelo, outrossim, para o Governo, solicitando-lhe que, em vez de extinguir as entidades assistenciais, providencie, através do aumento de 1% na percentagem de contribuições, para que tenhamos, em curto prazo, serviço médico e assistencial ao trabalhador — do ponto de vista higiênico e moderno — nos moldes das nações mais civilizadas do mundo.

Só assim preveniremos aquilo que temos de mais caro em nossa Pátria — o trabalho humano. (Muito bem; Muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do expediente. Tem a palavra o nobre Senador Pedro Ludovico, segundo orador inscrito.

O SR. PEDRO LUDOVICO:

(Lê o seguinte discurso) — Senhor Presidente, Senhores Senadores, pare-

cerá, possivelmente, estranho, que eu, logo no início desta Convocação, ocupe a tribuna do Senado para falar, conquanto laconicamente, sobre a minha própria pessoa e acontecimentos do meu Estado e do Brasil.

Acontece, porém, que eu preciso me defender, principalmente, a minha terra contra uma propaganda preconcebida, planejada e encetada por um grupo de adversários meus, com o fim de atingir, de aniquilar o meu prestígio. Esse grupo foi ao extremo de desmoralizar o meu Estado, afirmando mentiras, falsidades incríveis, fantasias ridículas sobre o mesmo.

Não só a imprensa mercenária como a imprensa bem intencionada foram o veículo dessa propaganda achincalhante.

Diziam esses propagandistas, esses máis goianos, que, durante o meu governo, de duração apenas de três anos e meio, foram assinadas em Goiás 11.600 pessoas.

Essa afirmativa é uma mentira dolorosa, criminosa e vil. Posso garantir ao Senado e ao povo brasileiro que não é o Estado de Goiás quem tem a primazia no obturário criminal. Pelo contrário, está abaixo de muitos de seus congêneres nessa estatística.

Que a criminalidade ali seja grande, como se dá em quase todo o Brasil, é natural, porque sendo um Estado central, com fronteiras despovoadas para os seus vizinhos, a fuga de criminosos e mesmo a sua permanência nesses lugares são facilísimas, o que constitui um incentivo para o crime.

Ademais, o nosso Estado é procurado por toda espécie de gente: boa e má. Felizmente a boa predomina e é representada por aqueles que para lá vão a busca de terras onde possam empregar o seu capital ou o seu trabalho na lavoura e criação de gado. Estes têm contribuído enormemente para o desenvolvimento da nossa gleba, valorizando-a e enriquecendo-a.

Como devem saber os brasileiros que acompanham a evolução do nosso país, Goiás que, em 1930, era a unidade federativa mais atrasada, em confronto com as suas co-irmãs, ocupa atualmente o décimo lugar em matéria de desenvolvimento econômico e financeiro.

Cada vez é maior a corrente imigratória que para ali se dirige, vinda de todos os quadrantes do Brasil e, também, do estrangeiro.

Essa imigração é espontânea, sem o menor amparo do Governo Federal. Mas, como já deixei entrever, no meio dessa corrente imigratória, vêm elementos de toda espécie; criminosos, aventureiros, vagabundos, egressos de Penitenciárias, etc.

Esses elementos são fatores negativos na evolução de qualquer país.

Como todos conhecem, as leis brasileiras ainda são brandas no repressão aos delinquentes e a atual soberania do jurí uma porta aberta à evasão dos mesmos.

Não é pois de admirar que o número de crimes aumente não só em Goiás como em todo o território nacional.

Como dizia eu, essas informações inverídicas, baixas e capciosas visavam à minha personalidade política. Querendo destruir-me, os meus adversários lançaram mão desse expediente, pouco se incomodando de prejudicar a sua terra.

Penso que em nenhum Estado do Brasil os políticos usaram da mentira, da calúnia, da infâmia para destruir o seu competidor, como fizeram no meu Estado.

Como não tinham uma prova positiva, concretizada para atar-lhar a minha dignidade, a minha honra, serviram-se de meios os mais reprováveis, pois que o alvo atingido foi menos a minha pessoa do que o nosso Estado.

Pro ocasião das últimas eleições, os meus desafetos políticos usaram e abusaram da liberdade, chegando ao limite máximo da licenciosidade. Foi necessária uma paciência de Job e uma ininterrupta pregação de calma, de resignação, de tolerância de nossa parte, para que conflitos não explodissem durante os comícios.

Parecia que éramos nós a oposição e eles os situacionistas.

Dois candidatos a deputados pela Coligação UDN e PSP usaram metralhadoras de mão às escarcaras, publicamente, escandalizando as populações pacatas do interior goiano. Esta minha assertiva, eu a sustento e prove com milhares e dezenas de milhares de testemunhas, que presenciaram o fato.

Poso asseverar, sob a minha palavra de honra, que nenhum dos nossos correligionários usou tais armas.

Entretanto, nós é que eramos os opositores, nós é que não dávamos garantias aos nossos opositores.

Quem lêsse os jornais *Jo Rio*, teria fatalmente uma opinião errônea e injusta sobre a nossa conduta, dados os informes falsos, capciosos, fantásticos, que para os mesmos transmitem os diversos representantes das agências de publicidade, em Goiás, entre os quais existem indivíduos sem a menor idoneidade moral, notando-se um useiro e vezeiro em passar cheque sem fundo. Aliás, essas empresas deviam ter mais cuidado na escolha dos seus representantes, pois muitos há que fazem grande mal ao nosso país com essas notícias infundadas e, não raro, marcadas.

Como deixei ver no começo do meu discurso, essa informações falsas, não tiveram o menor fundamento e obedeciam a um plano político habilitado e arquitetado, conquanto magrinho e ruinoso para o Estado de Goiás.

Os únicos assassinatos, verdadeiramente políticos, isto é, tramados e executados sob fundo político em nosso meio, foram os do Major Getúlio Artiaga e José de Freitas, aquele deputado estadual pelo PSD e este presidente do Diretório Municipal do PSD de Santa Helena.

Getúlio Artiaga foi trucidado por várias pessoas, todos pertencentes à UDN e PSP, após um comício, em que censurou os desatinos e atitudes poucos nobres de elementos daquelas agremiações partidárias.

O Sr. Domingos Velasco — V. Ex. — permite um aparte? (Assentimento do orador) — Sabe V. Ex. que a tociaia feita contra o Major Getúlio Artiaga estava destinada a V. Ex. e a mim. Por acaso, Getúlio Artiaga foi a vítima.

O SR. PEDRO LUDOVICO — Obrigado pelo aparte. V. Ex. está dizendo a verdade. Não queria estender o assunto, mas confirmo que a tociaia foi preparada para o nobre Senador Domingos Velasco e para mim, tendo sido vitimado o deputado Getúlio Artiaga, moço distinto, de muito valor, orador fluente o grande patriota.

José de Freitas foi morto por um profissional do crime, facinoroso conhecido, que ganhou 25 mil cruzeiros para perpetrar o delito baixo e covarde.

Se mais alguns crimes houve, foram por incompreensões, por brigas, por atritos pessoais ou conflitos, por falta de educação, de tolerância de

peças taradas ou ignorantes, sem premeditação, sem causa política, embora os protagonistas fossem às vezes opositores em orientação partidária.

O interessante é que todas as notícias maldosas, falsas espalhadas para a imprensa brasileira pelos nossos adversários, tiveram em mira a minha pessoa, com a finalidade de diminuir a minha influência no pleito de 3 de outubro. Eu era o responsável por tudo que acontecia alguns meses antes das eleições, quando já me achava afastado do governo desde o dia 1.º de julho do ano passado. E muitos jornais, desta Capital na sua comum ignorância em relação à vida da hinterlandia brasileira, pensavam que eu ainda era o Governador do meu Estado e me responsabilizavam por suposta falta de garantias aos meus adversários.

Fatigado pelas lides governamentais de que recentemente me afastara, passei a maior parte do tempo na minha propriedade rural. Não tinha oportunidade para pensar nos meus inimigos políticos, tratavao tão somente dos meus nove afazeres e da minha saúde que muito se ressentira neste meu último período de governo.

Tanto assim que, em campanha eleitoral, percorri somente 30 dos 125 municípios de que se compõe o Estado de Goiás.

Se fui eleito Senador, devo-o ao meu prestígio pessoal e aos esforços dos meus amigos, que tudo fizeram para que aceitasse a indicação do meu nome, trabalhando incessantemente pela vitória da minha candidatura.

Não gastei milhões de compra de eleitores, porque não os tinha e porque repilo esse processo indecoroso de se conseguir vitória em sufrágios eleitorais.

Infelizmente esse método está sendo muito aplicado no Brasil, contribuindo poderosamente para a descrença do eleitorado, cuja repulsa não só se manifesta pela ausência, em grande percentagem às urnas, como pelas manifestações frequentes do povo em relação aos nossos sufrágios.

Motivo porque se impõe uma reforma no Código Eleitoral a fim de sanar um pouco os vícios que conspurcam as nossas eleições.

Caso essa modificação não seja racional, inteligente, profunda, só os aventureiros e os ricos poderão concorrer aos cargos eletivos no futuro.

A nossa experiência já é suficiente para fazermos este prognóstico. Isto desacredita a nossa democracia, que já se sente tão abalada por outros fatores, tais como a licenciosidade da imprensa, as faltas e absurdos cometidos por muitos parlamentares que apresentam e defendem leis de favores, projetos desarrazoados, que, votados, tornam os orçamentos desequilibrados e não executáveis.

Preciso é que os que se dizem democratas sinceros, os que têm a mística da democracia, o sejam de fato.

Oitenta por cento desses que se julgam ou que se intitulam democratas ortodoxos são os que perturbam as ideais democráticas.

A sua democracia é apenas de fundo eleitoral. Não se assenta sobre princípio firme e filosóficos.

É a democracia do *bon vivant*, do *savoir vivre*, do *laissez faire*.

São eles os principais responsáveis pela implantação dos regimes de força.

Se o nosso país dispõe de um vasto e rico território, se o seu povo é inteligente e já tem uma relativa instrução, se as suas fontes de riquezas estão sendo exploradas, se tem uma renda orçamentária apreciável, por que este país tende a se aniquilar, apresentando dia a dia uma situação financeira e econômica cada vez pior?

Por que essa baixa astronômica no valor do cruzeiro?

Por que esse desnível entre a produção e o consumo?

Por que essa alta violenta dos preços como jamais se viu em outros tempos?

Por que não se tem a coragem de congelá-los?

Uma vez congelados, pode-se limitar a elevação dos salários e gritar aqui para diante: *on ne passe pas*.

A democracia precisa ser decente, inteligente e justa, se quiser sobreviver. O povo não suporta mais essa democracia liberal demagógica, anárquica e sem estrutura real.

Sua prática se exterioriza pelos excessos de utilitarismo, de egoísmo, o que, cedo ou tarde, provocará profunda reação das massas.

Nas condições atuais da humanidade, trabalhada por ideologias extremistas e sofrendo ainda as consequências do após guerra, de desequilíbrios econômicos, a democracia se deve alicerçar em novos conceitos, de acordo com as dificuldades que surgem.

(Mais profunda mais verdadeira mais forte que o egoísmo a inveja, o materialismo, o proveito, a ideia de equidade dá seu sentido às tendências novas que aparecem nas sociedades modernas).

Estamos caminhando para o caos econômico, e se providências drásticas, de acordo com as nossas condições de povo mal educado não forem tomadas, iremos, como já estamos indo, para o caos político, que terminará em pronunciamentos militares e guerra civil.

"Abyssus abyssum invocat".

Mau grado toda a boa vontade, todos os conhecimentos do Sr. Eugênio Guáim, Ministro da Fazenda, cuja atuação parece acertada e honesta, o cruzeiro dia a dia, se desvaloriza, provocando certo receio e certo abalo na confiança dos homens de negócios.

Ha uma qualidade que o elevou muito no meu conceito: não corteja a popularidade. Traçou um plano e deseja executá-lo em obediência aos estudos que vem fazendo do nosso panorama financeiro e econômico.

Acha que está certo e tem fé na aplicação da sua terapêutica para os males que presentemente nos angustiam. É um economista que trata do um Brasil enfermo. Espera o restabelecimento com o regime de poupança e austeridade que preconiza.

Convito está de que o seu progresso é o único que pode salvar o doente.

Embora não seja versando em Ciências Econômicas, penso que ele está com a razão. É necessário que de um povo perdulário, que gaste mais do que pode, se exija uma compressão nos gastos.

Este povo, a que me refiro, não é o proletariado, que vive quase na miséria. Compõe-se daqueles que tendo salários ou vencimentos para levar uma existência condigna, querem levar uma vida de ricos. Compe-se daqueles que, ricos, esbanjam o superfluo com coisas ridiculas, extravagantes, em divertimentos e caprichos de ociosos, que se tornam um escárnio, um insulto à penúria dos miseráveis.

Preciso é que os impostos de renda e de lucros extraordinários sejam cobrados com rigor, fazendo-se uma devida na vida de todos que auferem rendas de suas atividades.

Esses impostos são sonegados de uma forma escandalosa em nosso país.

Havendo seriedade nas declarações de rendas e severidade no aceitá-las, só esta fonte de contribuição poderá livrar-nos do atual apêto financeiro

Ha dois setores, todavia, com que não se pode regatear, com os quais não se deve ter muita austeridade. São os relativos a transporte e energia. As despesas com estes são de caracter reprodutivo, porque o Brasil os tem como imprescindíveis para solidificar a sua estrutura econômica.

Apesar de todas essas dificuldades porque passamos, creio ainda em nossa democracia. Esses obices, esses revezes serão superados. Uma nova mentalidade vai criando em nosso país e essa elite se imporá ao consesus da coletividade brasileira, levando-a para novos caminhos em que se encontra a nossa salvação política e econômica. (Muito bem; muito bem).

O SR. PRESIDENTE:

Continua a hora do expediente. Tem a palavra o nobre Senador Lima Teixeira, terceiro orador inscrito.

O SR. LIMA TEIXEIRA:

Sr. Presidente, na oportunidade em que ocupo a tribuna do Senado Federal, quero prestar uma homenagem ao professor Aloisio de Carvalho Filho, que nesta alta Casa do Congresso Nacional soube honrar o mandato que lhe conferiu o povo da minha terra, com brilho, proficiência e compostura, destacando-se pela cultura jurídica e pelos assinalados serviços prestados ao Senado, quer nas Comissões técnicas, quer no plenário onde sua palavra autorizada era acatada com apreço e estima dos colegas.

O Sr. Bernardes Filho — V. Exa. dá licença para um aparte?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Com muito prazer.

O Sr. Bernardes Filho — A Bahia deve realmente orgulhar-se do representante que teve nesta Casa. Só a honrou em todos os sentidos.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Muito agradeço a V. Exa. esta demonstração que acaba de dar a favor do Senador Aloisio de Carvalho, enaltecendo, assim, a Bahia.

O Sr. Cesar Vergueiro — Aproveito a oportunidade para dizer a V. Exa. que o Sr. Aloisio de Carvalho foi uma figura que honrou o Senado Federal.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Muito obrigado a V. Exa..

Substituindo-o no Senado, visto não haver concorrido à reeleição o illustre baiano, sinto-me no dever, como seu antigo discípulo na Faculdade de Direito da Bahia, de render, as minhas homenagens ao mestre, cujos ensinamentos jurídicos não hei de prescindir ainda agora quando se sente a instabilidade do regime e as ameaças à própria Constituição.

O Sr. Novaes Filho — V. Exa. coloca-se muito bem perante o Senado da República, rendendo essa homenagem de tão grande justiça ao espírito brilhante de parlamentar e de homem público que é o Senador Aloisio de Carvalho. Foi S. Exa., sem dúvida, um dos nossos pares mais eminentes e, nos últimos tempos, honrou-me obremaneira fazendo parte da Bancada a que pertenceo — a do Partido Libertador. Associe-me, portanto, com enorme sentimento de alegria e entusiasmo a essa justa homenagem que V. Exa. presta ao seu grande coestadano.

O SR. LIMA TEIXEIRA — A manifestação, pelo que vejo, é de todo o Senado Federal.

Quem observa de aparte o desenrolar dos acontecimentos políticos, como sendo de responsabilidade amadurecido, é que pode medir o papel que deve estar reservado aos partidos políticos, os quais não se devem desprezear do direito que lhes as-

siste de acompanhar e pôr em prática os seus ideais, os seus programas, as suas justas reivindicações em favor do povo, não se descuidando ou permanecendo no indiferentismo para tão somente conjugar esforços nas vésperas de eleições, quando rememoram os seus programas, já com a descrença popular.

Convenhamos que aos partidos políticos compete o comando das representações políticas, traçando-lhes as diretrizes e pondo em prática os seus postulados, a fim de que, fortificando-se, corporifiquem também a própria democracia.

Deve constituir um hábito das organizações partidárias o debate e o estudo acurado dos diversos assuntos de interesse coletivo, para que se forme o leito da razão e se estructure o pensamento da organização partidária, enquadrando-se no programa que cada qual defende.

Entendo, Sr. Presidente e Srs. Senadores, que só assim os partidos se prestigiarão, passando a obter a confiança do eleitorado e ao mesmo tempo se credenciando perante o povo na solução dos seus problemas — na cristalização dos seus ideais em que a disciplina deve ser o ponto básico para a formação dos aliberes e da seqüência programática dos objetivos de real interesse da Nação.

Ao me despeçir dos colegas da Assembléia Legislativa da Bahia, tive ensejo de acentuar que a responsabilidade dos que se elegeram na atual emergência é, sem dúvida, muito grande se for levada em consideração a crise por que passa o País, acumulada de descontentamento, de insegurança financeira, de instabilidade das instituições democráticas, de rumos incertos para o futuro, pontilhado do pessimismo e da insatisfação dos que justamente sofrem diante do agravamento do dia para dia do alto custo da vida e pela complexidade de problemas que se vão apresentando sem solução imediata, acumulando-se uns aos outros com soluções transitórias, amenizados ao sabor das conveniências, ou das circunstâncias em verdade, é o que estamos assistindo e que não há de ser com o indiferentismo e o desânimo que as providências surtirão: antes ao contrário, com a conjugação de esforços com a perseverança inabalável no estudo de medidas enérgicas e oportunas, que possam fazer face à crise que aí está.

Sr. Presidente, assuntos de real interesse para o povo encontram-se ainda sem fixação de rumos. Aliás, não seria preciso maiores observações ou caminhar muito longe, para se ter uma ideia, embora rápida da situação da nossa agricultura, pois, o técnico Arthur Torres Filho, presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, desde longa data vem demonstrando que não cogitamos de uma legítima política de organização agrícola, porquanto a nossa debilidade econômica nada mais traduz do que o reflexo desse lamentável descuido até porque não nos temos preocupado com a realização de estudos consistentes e pormenorizados das nossas questões agrícolas, quer examinando-as do ponto econômico, quer quanto ao seu aspecto político e social em verdade, necessitamos, sem dúvida, da elevação da produtividade no País.

Em realidade, Sr. Presidente, são do conhecimento geral os obstáculos existentes entre nós para o trabalho na agricultura, por isso mesmo que o ensino técnico tem tido pouco desenvolvimento, como não tem havido o indispensável estímulo ao crédito agrícola em bases acessíveis ao homem rural, o incremento aos meios apropriados de transporte e mercados seguros para a colocação dos produtos, pois praticamente não existe, organização econômica.

*Estatísticas recentes, procedentes do Instituto Brasileiro de Geografia,

informa que nove milhões quatrocentos e cinquenta e três mil, quinhentas e doze pessoas trabalham em atividades agrícolas. Essa cifra indica o número de pessoas, na maioria agricultores, que produzem para o Brasil e vivem interessados em que se faça, dentro em breve, algo de positivo em relação ao crédito agrícola, construção de estradas de rodagem e se obtenham melhores mercados.

Para se ter uma idéia rápida e recente do atraso da nosas agricultura basta relembra as palavras do Ministro Costa Porto na Fazenda Iguatema, em São Paulo, no mês passado, noticiado aliás pelos jornais, onde estavam presentes quarenta técnicos brasileiros e norte-americanos. A fim de apreciar os resultados da cooperação prestada ao nosso país por especialistas através do Escritório Técnico de Agricultura e onde o Ministro revelou que apenas se tem cogitado da produção imediata, sem cogitar do problema da produtividade apesar da ameaça patente de fome no futuro com a desnutrição coletiva, achando que é tempo de reagir congregando as energias dispersas e os homens bem intencionados em prol de uma campanha pelo desenvolvimento agrícola, desde que realizada com solidez.

O SR. PRESIDENTE (Fazendo soar os timpanos) — Peço licença para lembrar ao nobre orador que restam apenas dois minutos para o término da hora do expediente.

O SR. NAVAES FILHO (Pela ordem) — Sr. Presidente, solicito a V. Ex.^a consulte a Casa sobre se concede prorrogação da hora do expediente, a fim de que o nobre Senador Lima Teixeira conclua seu discurso.

O SR. PRESIDENTE — Os Senhores que aprovam o requerimento formulado pelo nobre Senador Novaes Filho, queiram conservar-se sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

Continua com a palavra o Senador Lima Teixeira.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Agradeço a V. Ex.^a, Sr. Presidente, ao nobre colega Senador Novaes Filho e ao Senado a oportunidade que me oferecem para prosseguir nas considerações em torno do Projeto de Reforma Agrária.

Por outro lado, na Câmara Federal se encontra o Projeto de Lei Agrária Nacional em curso na Comissão de Economia, e o relator Deodato Alberto Deodato, depois de fazer considerações em torno do projeto, tendo em vista as sugestões e um mundo de folhetos, memoriais de opiniões e doutrinas termina dizendo: "Apesar de toda esta avalanche, não se saiu ainda da interrogação: — o problema agrário no Brasil é o homem ou a terra?"

Evidentemente, Sr. Presidente, a interrogação não deixa de ter o seu cabimento, pois estamos sem rumo, caminhamos na rotina, sem planificação agrária e resolvendo o problema de hoje sem preocupação com o amanhã.

É ainda o relator da Comissão de Economia da Câmara quem fixa um dos aspectos da situação: "A terra improdutiva e o êxodo absoluto das populações rurais não são mais os flagelos periódicos que expulsam o homem rural para o litoral. A imigração agora, é todo ano. Os meios de comunicação que vão penetrando estão transformados em estradas de "pau de arara", apinhados de sertanejos em demanda do mar. A tarefa está ficando ôca por dentro. Se essas imigrações foram periódicas, de ida

e volta, para o aproveitamento das colheitas, ou em épocas de manutenção, nas regiões diversas da Pátria, eram dignas de ser incentivadas e regulamentadas. Mas, são definitivas. Poucos voltam. Fixam-se nas favelas das grandes cidades ou rumam para São Paulo ou para o novo Eldorado, o Paraná; não adiantam leis paliativas: as hospedarias os açudes, o financiamento a localização Aliviam o sofrimento, mas não resolvem. Há um problema só: fixar o homem na terra em que nasceu. Portanto, definitivamente, na sua própria gleba. Este, o grave problema a encarar e tentar resolver."

Como é dado observar, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o problema agrícola no Brasil, nos seus diversos aspectos, pode parecer excessivamente complexo se não se cogita quanto antes de valorizar a terra e o homem, valorizando a terra através dos processos da técnica hodierna, formando o aparentemente improdutivo em produtivo por meio da irrigação, adubação e a preparação de patrulhas mecanizadas, que estejam ao alcance dos que se dedicam ao amanho da terra, ou pelo estímulo à criação de cooperativas que estimulem no crédito a longo prazo e juros baratos, proporcionando as necessárias facilidades para a amortização do numerário empregado no campo e ao mesmo tempo permitindo os meios de transporte da colheita abundante e levada ao consumo.

O Sr. Vivaldo Lima — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. LIMA TEIXEIRA — Com prazer.

O Sr. Vivaldo Lima — Parece-me que há tendência para levar o Brasil a esse ponto começando-se por aumentar o preço do combustível. Se vamos por esse caminho, não sei o que será do País.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Vossa Excelência, inegavelmente, tem razão.

O Sr. Vivaldo Lima — O transporte de passageiros e o de cargas ficará ainda mais onerado.

O SR. LIMA TEIXEIRA — E precisamente nesta hora quando estamos explorando petróleo e já existe gasolina suficiente para abastecer os Estados de Bahia e Sergipe fornecida pela Refinaria de Mataípe.

O Sr. Vivaldo Lima — A majoração é de 60%. Os aumentos, aqui, são escandalosos.

O SR. LIMA TEIXEIRA — E sem dúvida repercutirá desfavoravelmente, aumentando ainda mais o custo da vida e dificultando a própria agricultura, na parte referente aos problemas de que ora tratamos.

O Sr. Vivaldo Lima — Estamos em situação realmente difícil, num beco sem saída.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Valorizando o homem pela técnica, preparando-o convenientemente através dos ensinamentos agrícolas, de maneira prática e racional, a fim de fixá-lo à gleba, pois ninguém abandona a sua propriedade o rincão onde vive, se dele retira os necessários meios de subsistência.

Ademais, Sr. Presidente, Srs. Senadores dificilmente se terá criado o desenvolvimento industrial sem o imprescindível desenvolvimento da agricultura, que representa a matéria prima a ser beneficiada. Sem dúvida, não importa produzir sem os meios de transporte ao alcance do mercado de consumo.

O Sr. Vivaldo Lima — Como V. Ex.^a estou com a razão, critico os atos do governo relativamente

ao aumento do preço dos combustíveis.

O SR. LIMA TEIXEIRA — Há pois, que organizar o conjunto de fatores, entrosando-os para que haja a circulação da riqueza, que cria o progresso e desperta o entusiasmo pelo trabalho.

Sr. Presidente, a tarefa, em parte da solução dos múltiplos problemas que afligem o povo, dependerá, sem dúvida, dos parlamentares, na elaboração das leis e do estudo criterioso dos seus diversos aspectos, para melhor aplicação na prática.

É assim aconselhável cogitar quanto antes da planificação da economia agrícola, que está em correspondência com as reivindicações sociais.

No incremento da produção agrícola, também as justas aspirações do operariado, a massa trabalhadora que teve como seu paladino, o pioneiro das reivindicações sociais, o saudoso Presidente Getúlio Vargas, que dedicou sua vida aos humildes e criou no Brasil a Legislação Social do Trabalhador, cujos postulados, defendidos e concretizados, não há de retroceder nem involuir na jornada já vencida de compreensão entre o Capital e o Trabalho e nas relações resultantes do emprego.

O retrocesso nas conquistas sociais desvirtuaria a marcha da evolução natural do trabalho e consequentemente estancaria a produção.

Os fatores que conduzem ao progresso não se constroem com injunções sociais, antes ao contrário, marcham paralelos como paralelos os caminhos dos que criam a produção e dos que emprestam o trabalho para realização da riqueza e do bem estar da Nação. (Muito bem; muito bem Palmas.)

O SR. PRESIDENTE :

Pelo nobre Senador Bernardes Filho, foi enviado à Mesa Requerimento que vai ser lido.

É LIDO E APROVADO A COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES O SEQUINTE

Requerimento n.º 77 de 1955

Tendo sido convidado a chefiar sem onus para o Tesouro Nacional a Embaixada especial que representará o Governo brasileiro na posse do Conselho de Governo da República Oriental do Uruguai, e em vista da necessária licença do Senado para exercer essas funções, nos termos do artigo 49 da Constituição e 24 do Regimento Interno

Sala das Sessões, 9 de fevereiro de 1955. — Bernardes Filho.

O SR. PRESIDENTE :

Conforme comunicação da Mesa anterior, em 12 e 13 de janeiro, dois vetos presidenciais recebidos nas mesmas datas, deixaram de ser objeto de convocação do Congresso Nacional para apreciá-los, visto não ser possível fazer essa convocação, ainda naquela sessão legislativa, com observância do prazo previsto no artigo 45 do Regimento Comum.

Trata-se dos seguintes casos:

Veto ao Projeto de Lei da Câmara n.º 48, de 1954, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 100.000,00, para atender às despesas com a realização da 1ª Exposição Agro-Avícola de Canoinhas, — Santa Catarina, em setembro de 1953;

Veto ao Projeto de Lei da Câmara n.º 46, de 1951, que cria a Diretoria do Material Bélico da Aeronáutica.

A fim de conhecerem desses vetos, conyoco as duas Casas do Congresso Nacional para sessões conjuntas que se realizarão no edifício da Câmara dos Deputados, nos dias 1.º e 3 de março próximo, às 14,30 horas.

Para as Comissões Mistas que os deverão relatar, designo:

Quanto ao primeiro veto, os Srs. Senadores:

- Paulo Fernandes.
 - Lima Teixeira
 - Dinarte Mariz.
- Quanto ao segundo, os Srs. Senadores:
- Cezar Vergueiro
 - Gomes de Oliveira
 - Júlio Leite

O SR. PRESIDENTE :

Está finda a prorrogação do Expediente.

Continuando ainda a apresentação das sugestões para a organização das listas dos nomes que, nos termos do artigo 60, parágrafo 1.º do Regimento Interno, os Srs. Líderes deverão apresentar para a composição dos órgãos técnicos da Casa, não poderá ser cumprida a finalidade da Ordem do Dia.

Assim, a Mesa vai encerrar a sessão, designando para a de amanhã, a mesma Ordem do Dia constante de

Organização das Comissões Permanentes.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 45 minutos).

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

PORTARIA N.º 14,

DE 8 DE FEVEREIRO DE 1955

O Diretor Geral, no uso de suas atribuições, resolve transferir o Oficial Legislativo, classe "J", Francisco de Assis Ribeiro, da Diretoria da Ata para a Diretoria da Biblioteca.

Em 8 de fevereiro de 1955. — Lutz Nabuco, Diretor-Geral.

PORTARIA N.º 15,

DE 8 DE FEVEREIRO DE 1955

O Diretor Geral, no uso de suas atribuições, resolve transferir o Oficial Legislativo, classe "L", Cláudio Freitas Ferreira, da Diretoria da Ata para a Diretoria do Expediente, Seção do Protocolo.

Em 8 de fevereiro de 1955. — Lutz Nabuco, Diretor-Geral.

PORTARIA N.º 13,

DE 8 DE FEVEREIRO DE 1955

O Diretor Geral, no uso de suas atribuições, resolve transferir o Oficial Legislativo, classe "J", Dyrno Jurandir Pires Ferreira, da Diretoria de Anais e Documentos Parlamentares para a Diretoria do Arquivo.

Em 8 de fevereiro de 1955. — Lutz Nabuco, Diretor-Geral.